

# O CONTROLE AUTORITÁRIO DA INTERNET NO BRASIL: O CGI.BR

Lucas Patschiki

Bacharel em História, Mestre em História, UEPG, lucas.patschiki@gmail.com.

Janaína de Paula do Espírito Santo

Licenciada em História, Mestre em Educação, Professora do Departamento de História,  
UEPG, janapes@gmail.com

## RESUMO

A tecnologia da informação ainda é amplamente utilizada como suporte e justificativa de uma ruptura histórica, a chamada “era do conhecimento” ou “era da informação”. Em um processo de disputa, este tipo de discurso coloca-se ao lado da ofensiva do capital-imperialismo pela hegemonia ultraliberal, considerada horizonte histórico definitivo ou “superior” para a humanidade. Neste artigo aborda-se introdutoriamente o caso do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). Este órgão de normatização e controle da internet brasileira é formado por representantes do Estado e do setor explorador do campo aberto pelas novas tecnologias e pelo terceiro setor. Sua “autonomia” no aparelho de Estado brasileiro é garantida pelo seu caráter plenamente autoritário, restritivo e antipopular. Defendeu durante toda sua existência de maneira incisiva a reestruturação produtiva, as privatizações, as expropriações de direitos sociais e a entrada do país na “economia globalizada”. Nosso foco é estudar sua estrutura, seus representantes e sua “invisibilidade” diante da população brasileira.

**Palavras-chave:** CGI.br; normatização; internet; invisibilidade.

Information technology is widely used as support and justification for a historical rupture called the “knowledge age ”or” information age”. As dispute process, this type of discourse is placed next to the capital-imperialism offensive by ultra-liberal hegemony, considered definitive or “superior” historical horizon for humanity. In this article we treat, introductorily, the case of Internet Steering Committee in Brazil (CGI.br). This regulated and controlled institution body of the Brazilian Internet is composed by state representatives, people from the explorer open field by new technologies and the third sector, which in its "autonomy" within the Brazilian state government is fully guaranteed by their authoritarian , restrictive and anti-popular position. They defended incisively throughout its existence the productive restructuring privatization, the social rights expropriation and the country participation in the "global economy". Our focus is to study its structure, its representatives and its “invisibility” for Brazilian people .

**Key –words:** CGI.br; standardization; internet; invisibility.

## 1 INTRODUÇÃO

Neste artigo iremos abordar a normatização e controle autoritário da rede através do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), que reúne representantes dos exploradores do

setor e do Estado para sua governança. A internet brasileira, durante seu período de implantação e expansão foi como justificativa da necessidade para a implementação da hegemonia ultraliberal no país, a “era do conhecimento” como ruptura epistemológica ao qual o país só se adequaria através da reestruturação produtiva, das privatizações e expropriações de direitos sociais e pela abertura plena a economia “globalizada”. Este tipo de argumentação, tratada em termos de definição de um novo padrão, um novo paradigma, esvaziado de argumentação social, determinado pelas novas tecnologias, foi assim tratado como inevitável, cabendo à sociedade adaptar-se a este, ou sucumbir, tal qual a URSS para Manuel Castells (CASTELLS, 2000, p. 47), que simplesmente teria se tornada anacrônica. Como James Petras adverte,

[...] a lógica capitalista é uma lógica linear do capital, que o vê mover-se para cima e para fora sem nenhuma compreensão de sua ascensão e declínio”, ainda deixando de situar esta “lógica” em relação ao papel da política, ideologia e políticas de Estado na fixação dos parâmetros e condições para a acumulação do capital (PETRAS, 1999, p. 31-32).

Enquanto parte fundamental para este processo avançar sem rupturas e contestações, no Brasil o controle e normatização para o uso e exploração do campo aberto pelas novas tecnologias foi criado um Comitê dentro do aparelho de Estado – alterando o *locus* decisório da política de seus representantes eleitos para uma falsa democracia formal, constituída de modo autocrático-acionário. O Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) aparece em 1995 “para coordenar e integrar todas as iniciativas de serviços Internet no país, promovendo a qualidade técnica, a inovação e a disseminação dos serviços ofertados” (CGI.BR, 2010).

O Comitê é composto por vinte e um membros, sendo nove representantes do governo federal. Tem uma reserva de quatro representantes do setor empresarial, divididos por: provedores de acesso e conteúdo; provedores de infraestrutura de telecomunicações; indústria de bens de informática, telecomunicações e software; segmento das empresas usuárias da internet. Além destes possui quatro representantes do “terceiro setor”, três representantes da comunidade científica e um “representante de notório saber em assuntos de Internet”. Segundo Demi Getschko, o representante “vitalício” em notório saber:

“Até 1994, tínhamos cerca de mil domínios registrados, apenas” [...] Os sinais claros de expansão da rede para toda a sociedade chamara à cena o CGI.br, criado em 1995 para assumir o controle do .br, da distribuição de números IP (Internet Protocol) e tomar as iniciativas necessárias para dar solidez à infraestrutura da rede no país. De 1995 a hoje, a Internet no Brasil deu um salto incalculável, e o .br contabiliza cerca de dois milhões de nomes de domínio, o que coloca o País entre os oito com maior número de

domínios no mundo. A autossustentação do sistema de registro do .br é conseguida com a cobrança anual de R\$ 30,00 por domínio. Uma das mais baixas do mundo, mas que, mesmo assim, permite obter recursos para uma gama de outras atividades de interesse para a Internet no Brasil, hoje executadas pelo NIC.br. Berço do CGI.br Com a crescente popularização da Internet, em 1995 o Ministério das Comunicações (MC) e o MCT decidiram lançar um esforço comum de implantação de uma Internet integrada no País, abrangendo todo tipo de uso: comercial, público e governamental. Para coordenar e integrar as iniciativas de serviços Internet, foi criado o Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br (GETSCHKO *In.* CGI.BR, 2012).

Segundo Michéle da Silva, “visando à necessidade de coordenar e integrar todas as iniciativas de serviços de Internet no país, o Governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995, através dos Ministérios da Comunicação e da Ciência e Tecnologia (MC e MCT)”, criou o CGI.br, através da Portaria Interministerial no 147 de 31.05.95, que “passou a ser um aparato jurídico de regulação e de privatização da Internet no Brasil” (SILVA, 2008, p. 203). Arthur Pereira Nunes, do Ministério da Ciência e da Tecnologia, afirma em seu caráter essencialmente democrático, pois “são poucas as atividades no Brasil que têm tal representação dos setores da sociedade civil”, testemunhando que “minha visão na época era de que, ao ter membros da sociedade, as decisões do CGI.br seriam tomadas em consonância com as reais necessidades das comunidades na Internet, dos pequenos e grandes usuários” (CGI.BR1, 2012). Augusto César Gadelha Vieira, ex Secretário de Política da Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia, e um dos coordenadores do CGI.br, nos diz que:

Em 1995, quando o CGI.br foi criado, a Internet já estava num plano de explosão. Mas ainda fomos vencendo algumas batalhas até acabar com o monopólio das telecomunicações no Brasil – que era visto sob um conceito de soberania do País, em 1997. É natural que as novas tecnologias gerem muitas incertezas, mas muita gente contribuiu para que as coisas acontecessem e para que dessem certo. Foi uma revolução muito grande. Em menos de 30 anos, vimos toda a sociedade ficar em torno desse meio de comunicação mundial que é a Internet. A rede mundial de computadores modificou e teve impactos em todos os setores: na educação, no comércio, nos bancos. E o CGI.br é uma iniciativa muito bem-sucedida, porque apostou na explosão da Internet (CGI.BR, 2012).

O Comitê declara-se como “modelo de governança na Internet pioneiro no que diz respeito à efetivação da participação da sociedade nas decisões envolvendo a implantação, administração e uso da rede”, supostamente tendo como base, “princípios de multilateralidade, transparência e democracia”, já que “desde julho de 2004 o CGI.br elege democraticamente seus representantes da sociedade civil para participar das deliberações e

debater prioridades para a internet, junto com o governo” (CGL.BR, 2010). Sua estrutura, que explicita a contradição acerca desta suposta democracia no Comitê, dispõe-se da maneira mostrada na Figura 1:



Figura 1: Hierarquia do CGI.br

FONTE: NIC.BR/CGL.BR. TIC domicílios e TIC empresas 2007. Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil: a evolução da internet no Brasil 2008. Disponível em <http://www.cetic.br/palestras/pdf/2008/pal2008conip-06.pdf>, Acesso em 12.11.10.

## 2 O COMITÊ

Através desta aparência técnica dada ao CGI.br, um de seus objetivos primeiros é servir de suporte (em termos amplos, de participação ativa) para um projeto determinado de sociedade, já que “na prática, a tarefa do regulador foi sempre a de normatizar o que já existia no mercado, com regras esparsas e bastante específicas” (VELOSO, 2009), e traz as prerrogativas econômicas como paradigma para normatizar determinada mídia, dentro de uma lógica determinista tecnológica, para justificar a própria necessidade deste projeto de sociedade:

A sociedade deve acompanhar e apoiar as atividades do Comitê, de forma que o número de relações no ambiente virtual cresça e, sobretudo, se fortaleça fazendo com que os investimentos no Brasil possam trazer

desenvolvimento e uma melhor qualidade de vida aos cidadãos. *Esses valores administrados pelo Comitê devem pautar-se em princípios de uma economia onde prevaleça a livre iniciativa e a concorrência leal e sadia. Os provedores têm no Comitê as diretrizes para que, através de campanhas conjuntas, propiciem a conscientização da população e usuários com vistas à mudança cultural, compatibilizando os grandes investimentos em marketing na Internet com ações de cunho social e informativo* (RIPAMONTE, 2010, grifos nossos).

Os seus maiores projetos se verificam em torno da questão da segurança, seja para garantir a navegação segura em termos de crimes cibernéticos (roubo, fraude, invasão de privacidade, etc.) e, seguindo uma discussão mundial, a quebra de direitos autorais. Ele conta com dois grupos de trabalho permanentes: o GT de Segurança de Redes (GTS), criado em 1996, e que “até abril de 2002, sob a coordenação do Prof. Dr. Pedro Vazquez, da IQM/Unicamp, o GTS possuía dois sub-grupos”, o primeiro de “backbones, coordenado por Ricardo Maceira (Embratel), cujo principal objetivo era discutir a questão da segurança nas redes ligadas à Internet sob a ótica das redes provedoras de backbone”, e o segundo de provedores “coordenado por Nelson Murilo (Pangeia) e Rubens Kuhl Jr. (UOL), cujo foco era os aspectos de segurança relacionados com as empresas provedoras de acesso à Internet” (CGI.BR2, 2010).

Hoje em dia ele é coordenado por Adriano Mauro Cansian, da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP). E o GTER, GT de Engenharia e Operação de Redes, responsável por três pontos básicos: O primeiro sendo o “planejamento da evolução de infra-estrutura e de serviços Internet no Brasil através de estudos, recomendações e de propostas de padrões comuns para protocolos e serviços”; o segundo “a concepção e operação de procedimentos administrativos para a alocação de endereços IP e registro de domínios para qualquer instituição solicitante no país”; e por fim, “a implantação e operação de Pontos de Troca de Tráfego (PTTs) no Brasil” (CGI.BR3, 2010).

A tabela 1 trata dos membros titulares do CGI.br entre os anos de 2005 até 2010:

TABELA 1: Membros titulares do CGI.BR, por origem de representação, de 2005-2010:

Representantes do governo	Membros titulares empossados em 06.01.05	Membros titulares empossados em 17.02.07	Membros titulares empossados 30.09.08
Ministério da Ciência e Tecnologia	Arthur Pereira Nunes (coordenador)	Augusto Cesar Gadelha Vieira (coordenador)	Augusto Cesar Gadelha Vieira (coordenador)
Casa Civil da Presidência da República	Sérgio Amadeu da Silveira	Renato da Silveira Martini	Renato da Silveira Martini

Ministério das Comunicações	Plínio de Aguiar Júnior	Marcelo Bechara de Souza Hobaika	Marcelo Bechara de Souza Hobaika
Ministério da Defesa	Antonio Carlos Ayrosa Rosière	Marcelo Andrade de Melo Henriques	Vago, titular; Vago, suplente
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Manuel Fernando Lousada Soares	Jairo Klepacz	Vago, titular; Manuel Fernando Lousada Soares, suplente
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Rogério Santanna dos Santos	Rogério Santanna dos Santos	Rogério Santanna dos Santos
Agência Nacional de Telecomunicações	José Alexandre Novaes Bicalho	Plínio de Aguiar Junior	Plínio de Aguiar Junior
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	José Roberto Drugowich de Felício	José Roberto Drugowich de Felício	José Roberto Drugowich de Felício
Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência e Tecnologia (em 2005 ainda Fórum)	Denise Aparecida Carvalho	Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti	Alexandre Aguiar Cardoso
Representante de Notório Saber em Assuntos de Internet:	Demi Getschko	Demi Getschko	Demi Getschko
Representantes do setor empresarial			
Segmento dos provedores de acesso e conteúdo da Internet	Antônio Alberto Tavares	Antônio Alberto Tavares	Jaime Barreiro Wagner
Representantes do setor empresarial	Membros titulares empossados em 06.01.05	Membros titulares empossados em 17.02.07	Membros titulares empossados 30.09.08
Segmento dos provedores de infraestrutura de telecomunicações	Carlos de Paiva Lopes	Carlos de Paiva Lopes ( <i>in memorian</i> )	Alexandre Annenberg Netto
Segmento da indústria de bens de informática, de bens de telecomunicações e de software do setor empresarial	Henrique Faulhaber	Henrique Faulhaber	Henrique Faulhaber
Segmento do setor empresarial usuário	Cássio Jordão Motta Vecchiatti	Cássio Jordão Motta Vecchiatti	Nivaldo Cleto
Representantes do terceiro setor			

	Carlos Alberto Afonso	Carlos Alberto Afonso	Carlos Alberto Afonso
	Gustavo Gindre Monteiro Soares	Gustavo Gindre Monteiro Soares	Gustavo Gindre Monteiro Soares
	Marcelo Fernandes	Marcelo Fernandes	Marcelo Fernandes
	Mário Luís Teza	Mário Luís Teza	Mario Luis Teza
Representantes da comunidade científica e tecnológica			
	Luci Pirmez	Luci Pirmez	Nelson Simões da Silva
	Nelson Simões da Silva	Nelson Simões da Silva	Lisandro Zambenedetti Granville
	Luis Fernando Gomes Soares	Luiz Fernando Gomes Soares	Flávio Rech Wagner

FONTE: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE USUÁRIOS DE NUMERAÇÃO IP & ASSINANTES DE DOMÍNIOS. *Lista dos membros do Comitê Gestor Internet Brasil*. Disponível em <http://www.abusando.info/denuncias/comitegestor.html>, Acesso em 10.10.10.

O perfil divulgado dos representantes eleitos em 2011 é mostrado na Tabela 2:

TABELA 2: Perfil dos representantes eleitos em 2011.

Setor empresarial	Provedores de acesso e conteúdo da Internet	Provedores de infraestrutura de telecomunicações	Indústria de bens de informática, telecomunicações e <i>software</i>	Setor empresarial usuário
	Eduardo Fumes Parajo. Iniciou no mercado de provimento de acesso e serviços Internet em 1996, e desde abril de 2007 é presidente da ABRANET, onde exerce o cargo pelo segundo mandato consecutivo até 2011. Suplente: Ricardo Lopes Sanchez.	Eduardo Levy Cardoso Moreira. Engenheiro Eletricista e de Telecomunicações pela PUC-RJ, ocupou cargos na Telerj, Telebrás e Embratel. É o atual Diretor Executivo do SINDITELEBRASI L. Suplente: Alexandre Annenberg Netto.	Henrique Faulhaber (reeleito). Matemático com Mestrado em Engenharia de Sistemas, é diretor da empresa Calandra, do SEPRORJ e membro do conselho da Riosoft. Suplente: Norberto Dias.	Cássio Jordão Motta Vecchiatti. Sócio e diretor da DataCast Assessoria Ltda., tem formação em Tecnologia da Informação e Eletrônica. Atualmente é Diretor do Departamento de Competitividade e Tecnologia do Sistema Fiesp/Ciesp e Presidente do Conselho da Fundação Vanzolini. Suplente: Nivaldo Cleto.

Terceiro Setor				
	<p>Sergio Amadeu da Silveira. Professor da UFABC, Doutor em Ciência Política pela USP. Implementou e coordenou o Projeto Telecentros da Prefeitura de São Paulo. Foi Diretor-Presidente do ITI. Integra o Conselho Científico da ABCiber. É membro da comunidade de <i>software</i> livre. Suplente: José Ricardo Negrão.</p>	<p>Veridiana Alimonti. Formada em Direito e mestranda em Direito Econômico pela USP. É advogada do IDEC, com atuação na área de telecomunicações, incluindo as iniciativas relativas à governança da Internet e participação social na regulação dos serviços. Suplente: Vitor Hugo Das Dores Freitas</p>	<p>Carlos Alberto Afonso (reeleito). Cofundador do Ibase e da APC. Coordenou o primeiro projeto Internet desenvolvido para uma conferência mundial da ONU, a ECO-92. Atualmente é colaborador do Instituto Nupef e membro do Conselho de Administração da Telebrás. Suplente: Marcus Aurélio Ribeiro Manhães</p>	<p>Percival Henriques de Souza Neto. Físico e bacharel em Direito, foi diretor técnico do Inmetro/Imeq na Paraíba e é especialista em gestão pública. Atualmente, exerce a presidência da Associação Nacional para Inclusão Digital – ANID. Suplente: Flávia Lefèvre Guimarães.</p>

Comunidade científica e tecnológica				
	<p>José Luiz Ribeiro Filho. Engenheiro Eletrônico pela UFRJ, Mestre em Ciência da Computação pela COPPE Sistemas e Ph.D. em Ciência da Computação pela Universidade de Londres. Atualmente, é Diretor de Serviços e Soluções da RNP.</p>	<p>Flávio Rech Wagner (reeleito). Engenheiro Elétrico pela UFRGS, Doutor em Informática pela Universidade de Kaiserslautern, Alemanha. Foi Presidente e Conselheiro da Sociedade Brasileira de Computação e atualmente é professor titular da UFRGS.</p>	<p>Lisandro Zambenedetti Granville (reeleito). Professor-doutor do Instituto de Informática da UFRGS. É especialista em Gerenciamento de Redes de Computadores e Serviços. Pesquisador CNPq. Suplente: Omar Kaminski</p>	

FONTE: NIC.BR. *CGI.br anuncia nomes dos representantes eleitos da sociedade civil*. 23.02.11. Disponível em <http://www.inclusaodigital.gov.br/noticia/cgi-br-anuncia-nomes-dos-representantes-eleitos-da-sociedade-civil/>, Acesso em 04.04.11.

Como visto nas tabelas, o grupo responsável pela regulação e estabelecimento de normas e diretrizes estatais para o uso da rede, se faz mais um espaço de embates e construção do consenso entre os exploradores do setor, incrustado na ossatura material do Estado. “O conjunto das operações do Estado se reorganiza atualmente em relação a seu papel econômico. Isso vale, além das medidas ideológico-repressivas do Estado”, voltadas “para sua

ação na normalização disciplinar, a estruturação do espaço e do tempo, o estabelecimento de novos processos de individualização e corporalidade capitalistas, para a elaboração de discursos estratégicos, para a produção da ciência”. Então, “se o processo de acumulação do capital pauta doravante diretamente a ação do Estado, ele só se traduz em seu seio quando articulado e inserido na sua política de conjunto. Toda medida econômica do Estado tem portanto um conteúdo político”, tanto em um “sentido geral de uma contribuição para a acumulação do capital e para a exploração” quanto “no sentido de uma necessária adaptação à estratégia política da fração hegemônica”. Assim, “não apenas as funções político-ideológicas do Estado são doravante subordinadas a seu papel econômico, como também as funções econômicas estão doravante diretamente encarregadas da reprodução da ideologia dominante” (POULANTZAS, 2000, p. 170-171).

### **3 CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DE UM PROCESSO INACABADO**

É o Estado que dá forma para a exploração em um novo setor do capital. Ele potencializou a expansão da fração de classe em sua gerência como parte de um processo mais amplo, nacional e naturalizado como consequência lógica, racional, de novas tecnologias, as atrelando com as mudanças no mundo do trabalho e dando ao processo uma aparência de igualdade, de democratização, na busca pela universalização do conhecimento.

E este grupo burocrata empossado eternamente no aparelho de Estado brasileiro não deixa de ser alvo de uma série de denúncias e abusos, a Associação Brasileira de Usuários de Numeração IP & Assinantes de Domínios soma as principais como sendo:

[...] - CGI.br suspeito de assassinato em 29/08/2009. - CGI.br suspeita de lavagem de dinheiro (cerca de R\$ 27 milhões ano) - CGI.br emite cerca de 750 mil Notas Fiscais frias por ano - CGI.br manipula e-mails da Justiça - CGI.br suspeito de evasão de divisas. - ONG NIC.br vende SW p/ a Argentina por cerca de 50 milhões de dólares. - Google repassa cerca de U\$ 25 milhões a integrantes do CGI.br. - CGI.br isenta FAPESP e emitir Nota Fiscal durante 8 anos. - Medidor de banda larga do CGI.br uma embromação que dura 5 anos - Registro.br vira mega investidor de imóveis. - ONG NIC.br para fugir das leis brasileiras gerencia TODOS os e-mails brasileiros fora do Brasil. - ONG NIC.br bloqueia e-mails comerciais alegando SPAM gerando prejuízos a milhares de empresas. - CGI.br induz o Brasil a prática de cybersquatting (registro abusivo de domínio). - CGI.br doa a fundo perdido R\$ 149 milhões ao governo de São Paulo. - CGI.br embolsa mais de R\$ 40 milhões do Paraná e repassa R\$ 15 milhões ao governo de SP. - Registro.br deposita cheque de R\$ 120 mil “por descuido?” em conta de funcionário. - Sr. Demi Getschko mente em processo judicial, ao CNJ e ao MPF. - Veja porque o CGI.br é dono da internet no Brasil, América Latina e Caribe gastando somente U\$ 56 mil/ano. - CGI.br toma precauções para

evitar que estranhos coloquem a mão na suada grana do CGI.br escondido através de evasão de divisas no Uruguai. - CGI.br reserva para si os domínios “prostituta.com.br” e “cabare.com.br” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA ..., 2012).

Não nos cabe julgar tais denúncias, mas constatar o óbvio, que tal discussão, que deveria assumir caráter de debate público nacional é plenamente sufocada pelo CGI.br e demais aparelhos de Estado brasileiro – só o assédio contra a Associação Brasileira de Usuários de Numeração IP & Assinantes de Domínios pelo CGI.br e a Polícia Federal é constatação desta.

E dentre os diversos setores já afetados pela tecnologia, ou “reestruturados”, citaremos somente dois exemplos já consolidados: primeiro, a disseminação indiscriminada do Ensino à Distância (EAD) no Brasil nos últimos anos, que amplia as vagas para o ensino superior brasileiro diminuindo drasticamente a qualidade da formação dos profissionais.

Como se posiciona o ANDES-SN, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior: “a centralidade da educação a distância - EAD nas políticas do MEC é cada vez mais evidente. Aos poucos, está sendo configurado um quadro que terá trágicas consequências para a educação brasileira, caso não seja revertido de modo radical” e a proposta do “MEC da Universidade Aberta do Brasil, uma instituição de direito privado e não-gratuita, a minuta de decreto que regulamenta o art. 80 da LDB e o disposto na última versão do anteprojeto de lei que dispõe sobre a educação superior” que visam antecipar os “termos da OMC reclamados pelos EUA, Inglaterra e Austrália mesmo sem a efetivação desse Tratado de Livre Comércio (TLC) no escopo do Acordo Geral de Comércio de Serviços (AGCS)”.

Aplicando estas medidas “o Brasil abre seu mercado ao comércio transfronteiriço de educação sem contar nem mesmo com as contrapartidas usuais nos Tratados de Livre Comércio”, ou seja, “é uma abertura unilateral aos cyber-rentistas que estão ávidos pelo acesso ao expressivo mercado educacional brasileiro que, somente na educação superior, já movimentava cerca de R\$ 18 bilhões/ano” (ANDES-SN, 2010).

O segundo refere-se ao sistema bancário, onde a rede já é “o principal canal de relacionamento entre bancos e clientes”. Em estudo encomendado pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), “os caixas eletrônicos são o principal meio para a realização de transações bancárias, com mais de um terço das 47 bilhões de operações realizadas em 2009”, e o uso da rede, através do “Internet Banking vem em seguida, com 20% das operações e aumento de 17,7% na comparação com 2008, puxado, sobretudo, pelo crescimento do número

de contas de Internet Banking, no período, de 8%”, sendo que no total em 2009, “o País possuía 35 milhões de contas de Internet Banking e 134 milhões de contas correntes” (CGI.BR, 2012).

A informática, de um modo geral, não é objeto de uso cotidiano de toda a população, seu acesso passa por clivagens classistas, tornando o computador pessoal objeto de fetiche, de desejo. Um estudo particular, da Razorfish, traz indicativos desta leitura, mesmo que utilizando parâmetros de análise social típicos do Banco Mundial: “Dos 28 milhões de lares brasileiros que possuem computadores, 63% são da classe C, enquanto 23% pertencem às classes A e B e 14% à classe D. O número de desktops presentes nos lares dessa faixa da população cresceu 15% entre 2006 e 2009”, o que aumenta em muito as possibilidades de acesso informativo destas famílias, e que supostamente diminuiria, por assim dizer, o poder da televisão. O que é reafirmado quando analisada a quarta Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação 2008 do CGI.br:

As áreas urbanas de menor poder aquisitivo e a área rural no Brasil representam uma considerável camada social que fica à margem do fenômeno da sociedade da informação e da expansão da infraestrutura das digitais. De acordo com pesquisas do CGI.br, a comparação entre os domicílios nas áreas urbana e rural evidencia uma expressiva diferença na penetração dessas tecnologias: enquanto 28% dos domicílios nas áreas urbanas possuem computador, nas áreas rurais a penetração dessa tecnologia é de apenas 8%. Com relação ao acesso à Internet, enquanto nas áreas urbanas a penetração do acesso chega a 20% dos domicílios, nas áreas rurais esse percentual cai para apenas 4%. Mesmo se considerarmos somente as áreas urbanas, as variáveis socioeconômicas também revelam as dimensões das desigualdades existentes no país. Nos domicílios urbanos pertencentes às classes D e E, o acesso à Internet é praticamente inexistente (1%), enquanto nos domicílios de classe A o acesso é praticamente universal (93%). Esse quadro é ainda agravado pelo fato de a classe A representar apenas 1% da população urbana e as classes D e E representarem quase um terço dos indivíduos nessas áreas (BARBOSA; CAPPI; GATTO, 2011).

Não há universalização de acesso à internet para as classes subalternas, a não ser pelas novas exigências sobre a classe trabalhadora urbana no contexto da reestruturação produtiva do capital, que para utilização privada conta com 1% de acesso. O campesinato e a população do interior do país são colocados à margem do processo de difusão às novas tecnologias. A única classe que é capaz de abarcar completamente as novas tecnologias, suas linguagens e possibilidades é a de maior renda, com 93% de acesso, embora estes dados ainda

não nos permitam mensurar as diferenças geracionais.

Em relação ao acesso móvel da rede, “a classe C está usando as tecnologias digitais e móveis para fazer mais do que socializar e se comunicar e, sim, para acessar novas oportunidades educacionais e empresariais. As mídias sociais são as mais acessadas”, representando então cerca de “21% do tempo gasto online por meio dos celulares, seguidas por músicas (19%), esportes (17%), jogos online (15%), vídeos online (12%) e entretenimento (9%)”, enquanto o “acesso a páginas pessoais, chats, compras online e internet banking ficam em 4% cada um do total de uso da internet via dispositivos móveis” (KNEBEL, 2011). Mas, mesmo que o tempo e o acesso tenham aumentado, a diferenciação crucial explicita-se em relação ao consumo.

Segundo levantamento do Ibope, com 2,5 mil pessoas, “a maioria dos consumidores brasileiros que realizam compras na web pertencem às classes A e B e gastam, em média, R\$ 118 por mês”, sendo que sozinhas “as classes A e B respondem por 61 por cento das compras realizadas na internet, seguidas pela classe C, com 35 por cento, e D e E que, juntas, somam apenas 4 por cento” (AGÊNCIA REUTERS, 2010). Com isto, entendemos que as classes subalternas podem ter agora determinado acesso ao hardware e à rede, assinalando o aumento vertiginoso da oferta de crédito durante as duas gestões de Luiz Inácio da Silva (“Há oito anos, o crédito disponibilizado em todo o país era de apenas R\$ 380 bilhões.

Hoje, o Brasil tem mais de R\$ 1,6 trilhão circulando na economia em forma de empréstimo”) (GANTOIS, 2010), mas que mesmo assim, a tecnologia não é parte da vida diária da maioria dos trabalhadores – lembrando que o Brasil é o décimo país com a pior distribuição de renda do planeta. Segundo Mora:

Para competir numa economia globalizada, os capitalistas buscam desenvolver máquinas cada vez mais modernas, de alta tecnologia, tarefa reservada aos países centrais. Para a maioria da força de trabalho dos países periféricos, entre os quais o Brasil, está reservada a simples operação das tais máquinas, portanto o trabalho simples. Sob relações de produção capitalistas, o desenvolvimento de máquinas de alta tecnologia e de novas formas de organização do trabalho, o que ocorre é uma desqualificação da maioria dos trabalhadores, e a substituição do antigo trabalhador qualificado por um novo perfil de trabalhador qualificado, apenas com uma instrução básica, que vai no sentido oposto da qualificação mais geral, ou seja, da qualificação para a realização de tarefas mais complexas. Portanto, uma qualificação profissional cujo objetivo é apenas operar máquinas que desenvolvem, elas sim, tarefas complexas (MORA, 2010).

O uso pleno da tecnologia, e em um sentido mais amplo da ciência em geral, é

negado para as classes subalternas, “a afirmação do fim da sociedade do trabalho é a justificativa da apresentação da ciência e da tecnologia como possibilidade superior de resolução das contradições sociais”, a transformando em “racionalidade sempre crescente e independente do confronto entre classes, projetos e concepções de mundo” (DIAS, 2011). Somente pela luta da ampliação do acesso às formas de gestão e normatização da tecnologia pelas classes subalternas e pelos movimentos sociais podemos trazer estas novas questões para o debate público, assinalando especificamente o caráter de classe da ciência e da tecnologia no capital-imperialismo.

Um primeiro passo importante coloca-se na abertura do CGI.br, ou seja, seu fim como Comitê exclusivo, o que é justificado por um cientificismo tecnocrático, antidemocrático e antipopular. É crucial que se discuta a falsa percepção de que a tecnologia é neutra, ou que a internet se faz espaço público. Trata-se de um espaço de embates e organização, mas cuja apropriação consequente pelas classes subalternas em luta tem de estar submetida à análise concreta das relações de forças que a compõem.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA REUTERS. **Classes A e B lideram e-commerce brasileiro**. Disponível em:<http://info.abril.com.br/noticias/mercado/classes-a-e-b-lideram-e-commerce-brasileiro-08122010-28.shl>, Acesso em: 5 jan 2011.

ANDES-SN. **Educação à distância, abertura do mercado educacional ao capital estrangeiro e ampliação espúria da educação superior**: Uma crítica à política de EAD do governo Lula da Silva. Disponível em:<http://www.andes.org.br/imprensa/Uploads/Circ290-05.zip>, Acesso em: 13 nov 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE USUÁRIOS DE NUMERAÇÃO IP & ASSINANTES DE DOMÍNIOS. **Abusando.org**: direito e justiça digital. Disponível em:<http://www.abusando.org/nada/inicio.html>, Acesso em: 03 maio 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE USUÁRIOS DE NUMERAÇÃO IP & ASSINANTES DE DOMÍNIOS. *Lista dos membros do Comitê Gestor Internet Brasil*. Disponível em: <http://www.abusando.info/denuncias/comitegestor.html>, Acesso em: 10 out 2010.

BARBOSA, A. F.; CAPPI, J.; GATTO, R. **Os caminhos para o avanço do governo eletrônico no Brasil**. Disponível em:<http://www.cgi.br/publicacoes/artigos/artigo63.htm>, Acesso em: 4 abr 2011.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume 1. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CGI.BR.1 **CGI.BR**: Uma história de sucesso. CGI.br. Disponível em: <http://www.cgi.br/publicacoes/revista/edicao03/cgibr-revistabr-ed3.pdf>, Acesso em: 3 jan 2012.

CGI.BR. **Sem sair de casa** CGI.br. Disponível em:  
<http://www.cgi.br/publicacoes/revista/edicao03/cgibr-revistabr-ed3.pdf>, Acesso em: 3 jan 2012.

CGI.BR3. **Grupos de trabalho:** GTER. Disponível em:<http://www.nic.br/grupo/gter.htm>. Acesso em: 20 dez 2010.

CGI.BR2. **Grupos de trabalho:** GTS. Disponível em:<http://www.nic.br/grupo/gts.htm>. Acesso em: 13 dez 2010.

CGI.BR. **Histórico.** Disponível em:<http://www.cgi.br/sobre-cg/definicao.htm>. Acesso em: 30 out 2010.

GETSCHKO Declaração de GETSCHKO. *In.* CGI.BR1. **CGI.br:** uma história de sucesso. *CGI.br*. Disponível em:<http://www.cgi.br/publicacoes/revista/edicao03/cgibr-revistabr-ed3.pdf>. Acesso em: 3 jan 2012.

DIAS, E. **Reestruturação produtiva:** forma atual da luta de classes. *Outubro*. n<sup>o</sup>. 1. Disponível em: [http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01\\_03.pdf](http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01_03.pdf). Acesso em: 16 out 2011.

GANTOIS, G. **Aumento do crédito e do consumo são heranças de Lula.** Governo aproveitou os anos dourados da economia mundial, mas deixa inflação em risco. 31.12.2010. Disponível em:<http://noticias.r7.com/economia/noticias/aumento-do-credito-e-do-consumo-sao-herancas-de-lula-20101231.html>. Acesso em: 13 mar 2011.

KNEBEL, P. **Estudo ressalta a nova classe média digital no país.** *Jornal do Comércio*, 01.01.2011.2010. Disponível em:<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=45175>. Acesso em: 5 jan 2011.

MORA, E. A. **Tensões na formação profissional da CUT e na disputa dos fundos públicos.** *Outubro*. n<sup>o</sup>. 6. Disponível em:  
[http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/06/out6\\_06.pdf](http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/06/out6_06.pdf). Acesso em: 10 nov 2010.

NIC.BR. **CGI.br anuncia nomes dos representantes eleitos da sociedade civil.** 23.02.2011. Disponível em:<http://www.inclusaodigital.gov.br/noticia/cgi-br-anuncia-nomes-dos-representantes-eleitos-da-sociedade-civil/>. Acesso em: 4 abr 2011.

PETRAS, J. **Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina.** São Paulo: Xamã, 1999.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SILVA, M. T. C. da. **A geopolítica da rede e a governança global de internet a partir da cúpula mundial da sociedade da informação.** Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2008.

RIPAMONTE, N. **Os riscos do grande avanço na democratização da internet.** Disponível em:[http://www.cbeji.com.br/br/downloads/secao/O%20Comitê%20Gestor%20da%20Internet%20do%20Brasil%2001\\_07\\_04\[1\].doc](http://www.cbeji.com.br/br/downloads/secao/O%20Comitê%20Gestor%20da%20Internet%20do%20Brasil%2001_07_04[1].doc). Acesso em: 10 out 2010.

VELOSO, E. M. **Legislação sobre internet no Brasil.** Consultoria Legislativa da Câmara de Deputados, 05.09. Disponível em:[http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/fiquePorDentro/temas/regulacao\\_da\\_internet/2009-6863%20Estudo%20Internet.pdf](http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/fiquePorDentro/temas/regulacao_da_internet/2009-6863%20Estudo%20Internet.pdf). Acesso em: 12 dez 2010.